

A REDE POLÍTICA E ACADÊMICA DO VISCONDE DE CAMARAGIBE NA FACULDADE DE DIREITO DE OLINDA, ENTRE 1830 E 1860

Igor Cândido Matias

Graduando em História

Universidade Católica de Pernambuco

i.c.matias@outlook.com

RESUMO: O jogo político do século XIX se dava em diversos lugares, sendo um desses a Faculdade de Direito, local de formação jurídica e de extrema importância na formação da malha burocrática brasileira. Fato evidenciado ao estudarmos a vida de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe), e seu percurso dentro dessa instituição. Analisando dessa forma, através de suas correspondências, como esses indivíduos se ligavam a partir da proposta estabelecida em ‘’O Nome e o Como’’ de Carlo Ginzburg. Iniciando seu percurso como professor e galgando até ao cargo de diretor, procuramos entender como alianças estabelecidas dentro e fora da instituição o ajudaram a chegar nesse posto.

PALAVRAS-CHAVES: Política-Imperial, Cavalcanti, Curso Jurídico.

A FACULDADE E A POLÍTICA

Uma das figuras mais importantes da política pernambucana no século XIX foi Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o Visconde de Camaragibe. Assumindo e reunindo diversos cargos em sua pessoa, como o de presidente do Partido Conservador em Pernambuco, e tendo sido eleito por diversas vezes: Deputado Geral, Deputado Provincial, Presidente de Provincia, Vice-Presidente de Provincia, além de ter sido Senador, percebemos o tamanho do poder que detinha em suas mãos, poder esse que vai aumentar quando consegue o cargo de diretor da Faculdade de Direito de Olinda em 1854[1]. Ao compreendermos seu percurso, e como se faz política nos oitocentos, entendemos a própria Faculdade de Direito como um desses espaços em que os indivíduos irão se reunir, fazer amizades, e influenciar toda a vida política através de suas redes. Com isso, primeiro precisamos traçarmos uma breve história dessa instituição no Brasil (motivos de sua criação), para entendermos o espaço de importância que as Faculdades de Direito ocupavam na sociedade oitocentista e como se davam essas relações em redes.

Com a Independência, o processo de construção da malha política e burocrática brasileira será feita nos parâmetros da tradição portuguesa: através das Faculdades de Direito. Observamos assim, que a partir disso, essas instituições se tornaram alvo de disputa política, pois nelas ocorriam, além da instrução formal, a formação de uma rede de contatos e apoios, que posteriormente iriam servir de auxílio no resto da vida política dos indivíduos que passavam por essa instituição. Sendo assim, alunos, professores e diretores iniciavam a vida política, ou arranjavam poderosos aliados na Faculdade. A importância desses indivíduos para a construção do Brasil é mais bem compreendida quando entendemos que são eles a:

> ‘’(..) perfeita combinação de elementos intelectuais, ideológicos e práticos favoráveis ao estatismo. Na verdade, foram os mais completos construtores de Estado no Império, especialmente os da geração coimbrã.’’ (CARVALHO, pag. 99)

Percebendo que assumir o controle da formação dessas pessoas era de extrema importância para a consolidação da independência, D. Pedro I através de um decreto real

[1] Sendo transferido ainda no mesmo ano para a cidade do Recife.

dá início a construção desses espaços no país, sendo dois locais escolhidos: São Paulo e Olinda, um mais ao ‘’Sul’’ e outro mais ao ‘’Norte’’. Para entendermos a escolha de Olinda em 1827, precisamos voltar para 22 de setembro de 1800, ano da fundação do Seminário de Olinda pelo então governador interino e bispo, Azeredo Coutinho. Essa instituição se tornaria extremamente importante durante a Revolução de 1817[2], pois ela serviria de base de discussão e difusão de ideais liberais. Demonstrando assim, desde cedo, que o que era discutido em sala de aula poderia também influenciar a vida política.

A partir disso essa instituição irá se tornar uma das bases da sociedade no século XIX, o encontro de indivíduos que irão impactar a vida política é notável. Só no Diário de Pernambuco, aparecem diversos bacharéis da turma de 1832 se engajando na vida política, como: Antônio Batista Gitirana, Antônio Joaquim de A. Melo, Bernardo Rabello da Silva Pereira, Caetano José da Silva Santiago e Manoel Teixeira Peixoto que aparecem na lista para deputados em 1843; Bento Joaquim de M. Henriques, Francisco Joaquim das Chagas, aparecem na lista em 1835; e Joaquim Nunes Machado, Jeronymo Martiniano de F. de Mello e João José Ferreira de Aguiar em 1841. Importante salientar que na turma de 1832 ainda estão: Euzébio de Queiroz, que viria a ser Ministro da Justiça e autor da lei que em 1850 consideraria crime a importação de escravizados[3]; e o carioca Sergio Teixeira de Macedo, que chegou a ser presidente da província de Pernambuco em 1856 e 1857 (e aparece mais adiante em uma das cartas analisadas).

AS REDES E O VISCONDE DE CAMARAGIBE

Ao investigarmos a vida de Camaragibe, na proposta de compreendermos através de seu percurso como se fazia a política no século XIX, nos deparamos com as suas redes, isto é ‘’um termo que utilizamos para nos referir ao conjunto de relações que põem em conexão umas pessoas com outras’’ (IMÍZCOZ; KORTA, 2010, p.48), ou seja: uma série de contatos, amizades e interesses, alianças e conflitos, que ao estudarmos, percebemos como se conectavam as pessoas, e ao observarmos a biografia dos políticos,

[2] Também conhecida como Revolução dos Padres, devido ao enorme número de padres envolvidos no acontecido.

[3] [3] Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Famosa lei que procurou restringir ainda mais o comércio de escravizados na costa do Brasil.

compreendemos que também são através dessas conexões que se organizava o teatro do poder. Algumas dessas redes são de mais fácil percepção, como a rede política com Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, um importante líder do partido conservador, e o primeiro diretor da Faculdade de Direito de Olinda, e com a família dos Rego Barros, seus primos, tendo como maior expoente o Conde da Boa Vista, o senhor Francisco do Rego Barros, que chegou a ser Presidente da Provincia de Pernambuco. Outra rede que iremos procurar investigar é a que cerca a Faculdade de Direito. Sendo assim, é importante salientar que na lógica das redes, elas não necessariamente pertencem ao indivíduo em questão, na verdade, pertencem a própria rede em si como é o caso estudado.Com isso , não podemos esquecer que é impossível enxergarmos Camaragibe coordenando todas essas ações sozinho, sua família entra com muita importância em todo esse jogo, visto que os Cavalcanti de Albuquerque detinham muito poder, este que se estendia tanto nos campos econômicos (suas posses e negócios), como no campo político, visto que ocupavam os mais diversos cargos (tanto na corte, como na província), chegando a ter três irmãos senadores quando finalmente Camaragibe chega a Senador em 1869, no entanto ‘’ Não era simples a relação entre os irmãos (Holanda, Francisco e Pedro) e Araújo Lima. Eram aliados quase sempre. Mas nem sempre’’ (CADENA, CARVALHO p.656). Por final não podemos deixar passar a famosa quadra feita em tom de crítica por Jerônimo Vilela Tavares, outro egresso do curso jurídico de Olinda, e cantarolada pelos praieiros durante a insurreição: “Quem viver em Pernambuco/ Deve estar desenganado,/ Que ou há de ser Cavalcanti,/ Ou há de ser cavalgado’’(CADENA, p.20)

Com isso em mente, um breve resumo da vida do nosso objeto de pesquisa se torna necessário. Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, nasceu em 14 de Abril de 1806 em Jaboatão, filho de Francisco de Paula, o coronel Suassuna, uma figura importante e controversa de seu tempo, pois junto de seus irmãos Luiz Francisco e José Francisco, protagonizaram a Conspiração dos Suassuna em 1806, e não se intimidando com as represarias, participaram ainda da Revolução de 1817 esta já com grandes perdas para a família. Pedro Francisco segue o percurso dos bem-nascidos desenvolvido em ‘’A Construção da Ordem’’ de José Murilo de Carvalho (2003), porém junto de seu irmão Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (que viria a se tornar o Barão de Muribeca) difere um pouco desses parâmetros. Sendo filhos de gente graúda, começaram seus estudos em Coimbra, porém vão terminá-los na Universidade de Gottigen na

Alemanha. Ao retornar ao Brasil, Camaragibe logo é cotado para ser um dos lentes na Faculdade de Direito de Olinda, cargo que lhe é concedido, entretanto, seu nome logo aparece entre os mais votados no Diário de Pernambuco para deputado provincial e depois deputado geral. Atarefado com a vida política, seus negócios e afazeres familiares, Camaragibe não leciona, porém só é jubilado do cargo décadas depois, em 1848.

Dessa maneira, como um professor que nunca lecionou, sendo jubilado por isso, retorna a Faculdade de Direito como diretor em 1854? Interessante fato, que ao percebermos, além da importância dos Cavalcanti de Albuquerque em Pernambuco, a relações de redes para esse acontecimento, enxergamos o começo da resposta. Para essa empreitada, recorremos ao que dizem as suas correspondências acondicionadas no IAHGB[4].

A REDE ACADÊMICA DE CAMARAGIBE

Com um vasto acervo de missivas, estudar Camaragibe através delas se torna um árduo trabalho, este que ainda está em seu início, já deu frutos interessantes, como o da rede que envolve a Faculdade de Direito, e em especial, o decreto que iria elegê-lo como diretor dessa instituição.

Até agora, observamos três indivíduos que se empenharam nesse acontecimento, tendo os três passado em diferentes momentos pela Faculdade. São eles: o Monsenhor Joaquim Pinto de Campos; Francisco de Paula Batista; e José Thomaz Nabuco de Araújo Lima Filho. Cada uma dessas figuras tem a sua particularidade, e tendo em vista que no amaranhado do poder existem diversos fatores para a relação em redes, se torna necessário um olhar mais cauteloso em suas vidas, tentando observar pontos de concordância com a vida de Camaragibe, como se conheceram e seus interesses por trás dessa rede. Após essas breves biografias, investigaremos a razão por qual essas pessoas se corresponderam – a vaga de diretor da Faculdade de Direito.

Iniciamos com o Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, o indivíduo que tivemos mais dificuldade para achar sua biografia, e que tem o maior número de correspondências com Camaragibe. Nascido em 1819 em Flores em Pernambuco, não se sabe muito sobre este

[4] Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Brasileiro

sujeito, porém com o seu posto concluímos que se formou em um seminário, entretanto ao que parece, não exerceu muito a função para a qual foi treinado, visto que trabalhou como bibliotecário na Faculdade de Direito de Olinda. Ao investigarmos pelo seu nome, encontramos ainda que é autor de diversas obras, indo desde obras mais religiosas, críticas políticas e até duas biografias de D. Pedro II. Encontramos também que é relator do projeto de lei vente livre de 1871[5] e que atuou como deputado.

Francisco de Paula Batista é um caso interessante, seu nome aparece mais frequentemente ligado à sua vida acadêmica já que era referência nos estudos jurídicos da época, contudo ele também teve uma vida ligada a política pouco pesquisada. Nascido em 4 de fevereiro de 1811 em Recife, é filho do português Antônio Baptista da Conceição e da pernambucana Maria Theodora de Jesus, com os conflitos da independência a partir de 1821, seu pai viaja até Portugal com o objetivo de posteriormente repatriar sua família, entretanto falece. Com as poucas poupanças que Antônio Batista fez como cirurgião, Francisco de Paula e seus irmãos continuam seus estudos, contudo, apesar de ‘’ rico de talento e de ciência, mas pobre de bens da fortuna e proteção’’ (SOUZA, 2019) ele se forma doutor em 1834, alcançando o cargo mais alto na academia. Ainda no mesmo ano, assume o cargo de professor substituto após concurso, em que conseguiu a 2ª colocação. Após um ano, em 1835 seu nome já aparece como eleito para Deputado da Provincia de Pernambuco, com isso para honrar seus compromissos como político ‘’pouco comparecia nas aulas, o que lhe rendera severas críticas por parte do diretor no ano de 1836’’ (SOUZA, 2019). Fato que observamos ser recorrente em todos os que ocupavam cargos dentro da Faculdade de Direito e na política, como o próprio Camaragibe. Apesar desse começo tortuoso como discente, sua contribuição para os estudos jurídicos é notável, sua obra *’’Theoria e Prática de Processo Civil’’* de 1855 foi usada durante décadas nas aulas. Francisco ainda alcançaria o cargo de diretor interino da faculdade em 1878.

O próximo personagem que aparece contribuindo nas relações com Camaragibe é José Thomaz Nabuco de Araújo Lima Filho, também um dos mais importantes políticos no século XIX, suas memórias foram eternizadas por seu filho Joaquim Nabuco em ‘’Um Estadista no Império’’ de 1897, uma das obras mais importantes para se pensar a política imperial. Nabuco de Araújo Filho, nasceu em Salvador, Bahia, no dia 14 de agosto de

[5] Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, teve como propósito considerar livres todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir dessa data.

1813, filho do importante político José Thomaz Nabuco de Araújo e de D. Maria Barbara Ferreira Nabuco. Formou-se bacharel em 1835 pela Faculdade de Direito de Olinda e atuou como promotor público em Recife logo após formado em 1836. Casou-se com ‘’ com uma sobrinha do abastado Marquês do Recife (Francisco Paes Barreto), primo dos Cavalcanti’’ (CADENA, CARVALHO p.655), e a partir disso teve sua carreira política muito alavancada por esse grupo, mesmo tendo um pai na política, Nabuco se apoiou muito mais na influência dos Cavalcanti de Albuquerque para alcançar seus objetivos, assim ele passou pelos mais diversos cargos dentro do império, começando como deputado provincial em 1842, no ano seguinte já comparecia no parlamento imperial (1843, 1850, 1853, 1857), foi Presidente da Provincia de São Paulo em 1851, Ministro da Justiça em 1853 e chegou até o cargo de senador em 1858. Contribuiu também na produção do primeiro código civil brasileiro em 1872.

O CARGO DE DIRETOR E AS MISSIVAS

Ao observarmos a biografia dos egressos da Faculdade de Direito, entendemos essa instituição como uma parte importante do jogo político imperial, entretanto o cargo de diretor leva consigo ainda mais importância, visto que esse cargo ‘’o colocava em contato direto com o Ministro do Império.’’ (CADENA, p. 13), transformando esse cargo acadêmico em um cargo com um interesse político, ainda mais quando observamos que seu primeiro detentor (que já apontamos aqui), o conservador Marquês de Olinda, não exercia de fato o cargo, visto que sua posição na política o obrigava a estar na corte no Rio de Janeiro. Entendemos a partir disso, que para se tornar relevante na política ‘’(..), era necessário ocupar todos os lugares, inclusive, a diretoria da Faculdade de Direito’’ (CADENA, p.14). Além disso, essa disputa realça o controle da província de Pernambuco por parte dos conservadores, com certeza o controle dessa instituição fazia parte dos planos do partido. Para alcançar tal posto, Camaragibe vai se utilizar de todos os meios, articulando suas redes na corte a fim de obter apoio para o cargo. Velhas alianças serão lembradas, e novas serão feitas.

Indo até suas correspondências, aparecem uma serie de cartas que nos indicam o caminho tomado, a primeira delas do dia 5 de junho de 1854, nela um velho confidente Pinto de Campos escreve contando dos casos da corte, nela é relatado as conversas sobre os possíveis candidatos ao cargo de diretor da Faculdade de Olinda, um dos nomes

relatados é o de José Bento[6], então Presidente da Provincia de Pernambuco, que já não agradava no cargo, como relata Pinto de Campos ‘’de sorte que não tenha sido exonerado porque a ideia de quem o substitua preocupa demasiado os Ministros e o nosso Visconde de Olinda’’. Mais adiante observamos de perto as discussões em que Nabuco de Araújo (que na data era Ministro da Justiça) tem acerca de posições em cargos de direito e administrativos, segundo a missiva, Nabuco teria barrado diversos nomes, um deles conseguimos identificar como sendo oriundo do curso jurídico de Olinda, o já mencionado: Sergio Teixeira de Macedo. Notamos mais uma vez, o recorrente jogo de interesses cercando os cargos jurídicos, e o que era preciso ocupá-los. Seria apenas no final da missiva que o remetente relata novamente sobre a possível nomeação para Diretor, nessas conversas, entretanto o nome de Camaragibe é mencionado, agradando à Nabuco.

A próxima missiva que aparece com tema da nomeação do cargo de diretor, chega com data de 20 de junho de 1854, escrita por Francisco de Paula Batista. Nesta curta correspondência, é relatado o crescente interesse em assegurar à Camaragibe o cargo de diretor da Faculdade. Entretanto, salienta Francisco que existem preocupações para quanto se Camaragibe iria aceitar ‘’em consequência de seus interesses no Engenho, os quais exigem sua assistência ali’’, frase que nos mostra como o futuro diretor era visto na corte: uma pessoa de certa maneira reservada, preocupada com seus negócios, ou pelo menos era como Francisco o descrevera. Terminando a carta, sobre a empreitada de Camaragibe, Francisco Batista ainda diz: ‘’que o público ganha, não há dúvidas, mas se vossa excelência ganhara é que eu não sei’’. Poucos dias depois, datando de 25 de junho de 1854, o então Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo escreve à Camaragibe, esta já com a confirmação sobre o cargo: Camaragibe havia aceitado. Nabuco ainda conta a alegria de ter o conservador como Diretor. Falando ainda sobre a transferência da Faculdade para Recife, decisão que ao que parece agradou o novo Diretor.

Pouco mais adiante, na data de 13 de agosto de 1854, Francisco de Paula Batista não perde tempo e já demonstra seus interesses, escrevendo à Camaragibe sobre possíveis nomeações de Lentes e Substitutos. Defendendo o ‘’filho de Bernardo’’ que só aparece

[6] Mais um egresso da Faculdade de Direito de Olinda, este formado em 1833, da turma de Francisco de Paula Batista.

na carta com o nome de Miranda. Francisco alerta que Jeronimo Villela[7] tem feito campanha contra a nomeação desse moço para tal cargo, favorecendo Brás provavelmente um dos seus protegidos, que Francisco alerta ‘’nunca vi alma tão pequenina como deste homem. Intrigante, orgulhoso sem igual’’. Já perto do fim pede mais uma vez que Camaragibe ‘’em suas informações, seja favorável ao Miranda’’. Infelizmente não conseguimos achar quaisquer outras referências que possam indicar se o pedido foi bem-sucedido ou não. Mas a probabilidade para o ocorrido é alta, visto que o outro candidato não deveria fazer parte dos grupos próximos aos Cavalcanti.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observarmos o jogo político, e o entrelaçado dos recorrentes nomes no século XIX, começamos a ter indícios de como tudo acontecia, mediante à um intenso jogo de poder, favores e amizades tendo como palco diversos lugares, sendo um deles a Faculdade de Direito. Quem estivesse no controle desse palco poderia decidir o destino da vida de diversos indivíduos, a partir disso se relacionavam pessoas das mais diversas camadas sociais, sempre em busca de uma ascensão. Assim, Nabuco de Araújo era uma peça importante nesse tabuleiro, como teve sua carreira política alavancada e apoiada pelos Cavalcanti de Albuquerque, fazia sentido retribuir o favor e apoiar Camaragibe como diretor. Foi isso que aconteceu.

Além de Nabuco, Camaragibe tinha outros importantes aliados na corte, não podemos esquecer obviamente de sua poderosa família. Sabendo de tudo com antecedência, coordenava a partir de Pinto de Campos as próximas ações, sempre buscando se consolidar e obter mais poder. A partir disso retribuía favores e protegia os seus, afinal não podemos esquecer o famoso Desembarque de Sirinhaém em 1855, em que foi descoberta uma carga de escravizados entrando no Brasil ilegalmente, no tumulto da descoberta muitos escravizados foram pegos, porém 50 desapareceram. Existindo fortes indícios de que famílias importantes do círculo Pernambucano estavam envolvidas, como os próprios Cavalcanti e os Rego Barros, além do Marquês de Olinda. Não obstante, ninguém graúdo foi preso ou sequer indiciado. José Bento, que como já indicava Pinto de Campos não agrava na corte, se demitiu da Presidência da Provincia, assumindo Sergio Teixeira de Macedo, (que como já dito) havia sido barrado por Nabuco em um cargo

[7] Possivelmente o mesmo praieiro que escreveu as quadras contra os Cavalcanti.

jurídico. Num verdadeiro jogo de cartas marcadas, os nomes aparecem e ressurgem de tempos em tempos, sempre em meio desse intenso jogo político.

Sendo assim, obter um cargo de tamanha relevância era essencial para toda a rede, aumentando seu poder e influência. Com mais um guabiru no cargo de Diretor, nada poderia incomodar aqueles a sua volta, Camaragibe que já ocupava uma posição privilegiada no jogo político, alcançava mais um cargo, nele ficaria até 1875, sendo substituído por outro conservador, João Alfredo Corrêa de Oliveira. Os nomes poderiam até mudar, mas o jogo político havia sido capturado por esse grupo, e permaneceria assim por muito tempo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLPE. Padre Joaquim Pinto de Campos. UFSC. Acesso em 2 de Novembro de 2022. Disponível em: https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=1616.

CADENA, Paulo Henrique; CARVALHO, Marcus de. A Política como ‘’arte de matar a vergonha’’: o desembarque de Sirinhaém em 1855 e os últimos anos do tráfico para o Brasil. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 651-677, set/dez. 2019

CADENA, Paulo Henrique Fontes; ROSAS, Suzana Cavani. O Donatário da província de Pernambuco’’: A elite imperial a partir da trajetória de vida e liderança partidária de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1840-1875). Almanack, Guarulhos, n. 25,ea00719, 2020. Disponível em: http://doi.org/10.1590/2236-463325ea00719.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. Dívidas e fortuna ou riqueza e destino: O caso dos Cavalcanti de Albuquerque de Pernambuco (1801-1880). CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA – nº 33.2 ISSN 0102-94. 2015.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. Ou Há de Ser Cavalcanti, ou há de ser Cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque: (Pernambuco, 1801/1844). Editora Universitária UFPE. Recife. 2013

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: A elite política imperial. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2003.

CARMO, Valter Moura do; HOLANDA, Ana Paula Araújo de. A família real e a construção do ensino jurídico no brasil. Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI. Brasília, 2008.

IMIZCOZ, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. Economía Doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane (eds.). *Economía Doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen.* Madrid: Sílex, 2010.

Institucional/Biblioteca Digital. Discurso pronunciado pelo Sr. Deputado Monsenhor Pinto de Campos relator da Comissão do Projeto sobre a reforma do elemento servil na sessão de 19 de agosto de 1871. Senado Federal. Acesso em: 2 de Novembro de 2022. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222319.

IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – 25 de julho de 1854: carta de José Thomaz Nabuco de Araújo para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

IHGB – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – 20 de junho de 1854: Carta de Francisco de Paula Batista a Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

IHGB – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe - 18 de agosto de 1854: Carta de Francisco de Paula Batista a Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

IHGB – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe - 5 de junho de 1854: Carta de Pinto de Campos a Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

HDBN. Diário de Pernambuco. Recife, 10 de janeiro de 1835, número 577.

HDBN. Diário de Pernambuco. Recife, 2 de setembro de 1843, número 189.

HDBN. Diário de Pernambuco. Recife, 28 de setembro de 1843, número 209

HDBN. Diário de Pernambuco. Recife, 20 de janeiro de 1841, número 15.

MAPA. José Thomaz Nabuco de Araújo. Arquivo Nacional: Memória da Administração Publico Brasileira. Acesso em: 9 de Novembro de 2022. Disponível:

http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/709-jose-tomas-nabuco-de-araujo.

O Nome E O Como. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989. p. 169- 178.

PEDRO FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – SENADORES. Senado Federal. 2021. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2188.

SOUZA; Simone de Oliveira. FRANCISCO DE PAULA BAPTISTA Vida e Obra: Contributo às bases científicas do Processo. UFF. Niterói, 2019.

UFPE. O pioneirismo Francisco de Paula Baptista no estudo do Direito Processual no Brasil. Curiosidades. Acesso em: 2 de novembro de 2022. Disponível em: https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/o-pioneirismo-francisco-de-paula-baptista-no-estudo-do-direito-processual-no-brasil/590249.